

Introdução

Nos últimos anos ocorreu uma crescente expansão dos usos do conceito de capital social. Mais recentemente surgiu também uma literatura crítica ou de questionamento desses usos. Um dos principais eixos dessas críticas tem como objeto os usos do conceito de capital social por razões político-ideológicas e, mais especificamente, sua transformação em instrumento de luta a serviço de determinadas forças sociais e políticas. Um segundo eixo dessas críticas está centrado em problemas de definição conceitual e operacional do capital social. Nessa literatura relativa ao capital social, as principais referências são as definições conceituais de Coleman (1988) e de Bourdieu (1980a), com forte proeminência quantitativa do primeiro. Nessa literatura, a definição de capital social de Bourdieu geralmente é tomada como contraponto positivo, mas meramente de forma alusiva e sem considerar em profundidade suas implicações teóricas e analíticas.

O objetivo principal deste artigo é demonstrar que um dos problemas marcantes nesses confrontos e críticas em torno do conceito de capital social decorre de seu uso descontextualizado, sem considerar as respectivas bases teóricas e epistemológicas. Esse tipo de ecletismo é muito comum nas Ciências Sociais, no entanto, nesse caso específico, isso é agravado pela coincidência nominal das noções originárias nos trabalhos de Coleman e de Bourdieu, que têm signifi-

cados distintos. Para além do ecletismo, as razões para essas apropriações descontextualizadas parecem ser diversas e não poderiam ser discutidas em detalhes. Em todo caso, no que tange especificamente ao conceito de capital social, além de sua inserção em deferentes configurações semânticas e de interesses, isso está associado a determinada concepção de Ciências Sociais. Nos interesses em pauta, estão incluídos desde aqueles condensados em organizações como o Banco Mundial (um dos principais responsáveis pela difusão de determinadas definições de capital social, especialmente entre economistas), como determinados segmentos de disciplinas, como a Ciência Política, que tendem a converter regras sociais ou da moral cívica vigente, como aquela da obrigação da “participação política”, em fundamento das Ciências Sociais (Memmi, 1985). Porém, para além da inserção e dos usos das Ciências Sociais nessas configurações semânticas e de interesses, está presente uma concepção de Ciências Sociais como prática de escolha e “aplicação” de conceitos, numa espécie de permanente busca de analogias.

Sendo assim, a apreensão desses significados requer que os respectivos conceitos de capital social sejam relacionados com o quadro conceitual e com as bases epistemológicas em que foram formuladas. Não se trata de apresentar aqui alguma exegese dos trabalhos desses autores, inclusive porque já se dispõem de muitas, mas de indicar no sentido de que tanto para Bourdieu como para

Coleman o conceito de capital social tem um significado muito próprio. Num segundo item são apresentados alguns casos exemplares das mencionadas posições críticas ao conceito de capital social de Coleman e seguidores, em geral com referências positivas mas alusivas ao conceito de Bourdieu.

Na parte seguinte, é apresentada uma síntese dessa discussão mais centrada nas relações entre capital social, escolarização e recrutamento de “élites”¹.

As noções de capital social de Bourdieu e de Coleman e seus fundamentos

No que tange ao conceito de capital social de Bourdieu, antes de considerar sua inserção no respectivo quadro conceitual, é necessário ter em conta a própria concepção de Ciências Sociais. Tendo em vista o normativismo que está na base da sociologia de Coleman, conforme exposto adiante, é necessário destacar que Bourdieu concebe as Ciências Sociais com uma racionalidade própria, cuja condição necessária fundamental é sua autonomia relativa. Mesmo sem detalhar as ligações desses fundamentos com o legado de M. Weber², é necessário destacar, em primeiro lugar, o requerimento de uma racionalidade própria das Ciências Sociais, com seus fundamentos no “racionalismo aplicado” e, portanto, de ruptura com as “lógicas práticas”. É dessa autonomia relativa que decorre a possibilidade de tomar as lutas pelas classificações legítimas e pela formulação e imposição de *universais* como objeto de análise, o que implica o distanciamento diante de qualquer adesão primordial a alguma ordem social (Bourdieu, 1991, p. 376; 1982).

Embora possa parecer elementar, tendo em vista as resistências à multidimensionalidade pretendida por essa abordagem, devem

ser destacadas também as relações das diferentes espécies de capital com os processos de objetivação e de legitimação social. A própria estrutura do espaço social consiste nas relações de força entre o montante e entre diferentes espécies de capitais e respectivos princípios de legitimação e dominação. Portanto, a posição social é decorrente do montante e da composição do capital possuído. A emergência de um espaço social multidimensional implica a existência de uma pluralidade de campos, com maior ou menor autonomia relativa (Bourdieu, 1989, p. 373-383; 1979, p. 109-185). Ou seja, se, por um lado, a modernidade ocidental se caracteriza pela crescente autonomização relativa de diferentes esferas ou campos, esses campos de ação consistem na objetivação social e histórica de determinados recursos e dos respectivos princípios de legitimação contidos com maior ou menor grau de autonomia ou, então, de heteronomia. Trata-se de recursos e princípios de legitimação de ordens distintas, com graus variados de autonomia, de contradição entre si e de conversibilidade dos recursos constitutivos. Esses recursos podem ser socialmente objetivados e institucionalizados e, conseqüentemente, convertidos em *títulos*, cujo valor transcende a transitoriedade individual do respectivo portador, visto que está diretamente associado ao respectivo recurso ou capital e princípio de legitimação e de hierarquização socialmente objetivado.

Em síntese, para Bourdieu, o capital como trabalho acumulado é dividido em duas formas de objetivação social. Na primeira, é obtido pela materialização e, na segunda, pela “incorporação”. Essas duas formas de objetivação do capital dependem do tempo necessário para a acumulação. A “estrutura da distribuição dos diferentes tipos e subtipos de capital em determinado momento representa a estrutura imanente do mundo social”. Uma vez que, “depen-

dendo da área em que funciona, e o custo da transformação mais ou menos extenso [...] o capital pode se apresentar de três formas fundamentais”, como capital econômico, como capital cultural e, como capital social (Bourdieu, 1986, 16-17). Essas diferentes formas de capital e a multidimensionalidade da estrutura social subjacente são o ponto de partida para sua crítica, em particular, da teoria do capital humano. Em termos gerais, a “lógica do funcionamento real do capital, as conversões de um tipo para outro [...] não pode ser entendida sem a superação de duas visões parciais opostas”, ou seja: “o economismo, que reduz o capital ao capital econômico e ignora a eficácia específica de outras formas de capital, e semiologismo, que reduz a trocas sociais aos fenômenos de comunicação” (*ibidem*, p. 24).

É exatamente na objetivação social e institucionalização dos recursos e princípios de legitimação que se localiza uma das principais especificidades do capital social nessa perspectiva. Diversamente de outras espécies de capital, que constituem determinado recurso respaldado no respectivo princípio de legitimação, com suas regras específicas que remetem a um espaço com maior ou menor grau de objetivação social, o capital social é “irredutível”. Dito em outras palavras, o capital social não se objetiva em nenhum campo e não passa por qualquer processo de institucionalização e oficialização, ou seja, não é convertido em algum *universal*. Sua existência e utilização implica a presença de redes de relações originalmente formadas para outros fins (de parentesco, amizade, coleguismo escolar ou profissional) em espaços ou campos e respectivas instituições. Cabe notar que, como é indicado adiante, também para Coleman o capital social é “particularístico”, mas num sentido completamente distinto, ou seja, por se opor às *posições* que estruturam as organizações formais,

o que o torna moral e socialmente positivo e defensável. Na definição original de Bourdieu, trata-se do “conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma *rede de relações* mais ou menos institucionalizadas e de interconhecimento”. Trata-se também do “princípio dos efeitos sociais que, embora claramente apreensíveis ao nível dos agentes singulares [...] não se deixam reduzir ao conjunto das propriedades individuais possuídas por um determinado agente” (Bourdieu, 1980a, p. 2. *Grifos no original*). Sendo assim, pelo menos nos respectivos campos que constituem as esferas de atividades profissionais nas sociedades capitalistas ocidentais, o capital social nunca é legítimo enquanto tal, visto que contradiz o princípio de legitimação do respectivo campo objetivado e instituído, seja econômico, da cultura erudita, escolar, político ou outro qualquer.

Portanto, as relações do capital social com as demais espécies de capital dependem das condições históricas das estruturas sociais. Sinteticamente, num polo se situam condições como aquelas dos *kabile*, onde, na ausência de campos objetivos, historicamente constituídos, a dominação está baseada na acumulação e manipulação de capital simbólico e relações personificadas. No extremo oposto, estão sociedades modernas, nas quais o capital social constitui um recurso denegado na dominação por meio de estruturas legitimadas através de *universais*³, como o meritocratismo escolar. Nessas condições, a importância do capital social aumenta à medida que são enfocadas as situações e esferas mais próximas da “elite” ou da “política”, onde os demais recursos e princípios de legitimação têm mais dificuldades em se impor de modo exclusivo.

Em resumo, nas relações entre o capital social com as demais espécies de capital entra em pauta o problema da objetivação social dos meios de ação e dominação e dos

princípios de legitimação que os respaldam. Com a objetivação social dos mecanismos de dominação através da formação de campos e instituições e agentes especializados, diminui a importância dos recursos que dependem dos esforços pessoais para sua manutenção. Em seu lugar, passam a existir “relações estritamente estabelecidas e juridicamente garantidas, definidas pelo seu *rang* num espaço relativamente autônomo de posições e com existência própria, distinto e independente de seus ocupantes atuais e potenciais, eles mesmos definidos por *títulos* que, como os títulos de nobreza, os títulos de propriedade ou os títulos escolares, os *autorizam* a ocupar essas posições” (Bourdieu, 1980b, p. 227-228. *Grifos no original*). Consequentemente, por oposição à autoridade pessoal, “o título, enquanto *medida de rang e de ordem*, ou seja, enquanto instrumento formal de avaliação da posição dos agentes numa *distribuição*, permite estabelecer relações de equivalência (ou de comensurabilidade) quase perfeitas entre agentes definidos como pretendentes à apropriação de uma classe particular de bens, propriedades imobiliárias, dignidades, cargos, privilégios, e esses bens, eles próprios classificados, regulando, assim, de maneira durável, as relações entre esses agentes do ponto de vista de sua ordem legítima de acesso a esses bens e aos grupos definidos pela propriedade exclusiva desses bens” (*idem, ibidem*). Mas isso não implica um processo evolutivo de substituição global e total de um modo de dominação por outro (como alguma “teoria da modernização” poderia sugerir), havendo a convivência contraditória de recursos e princípios de legitimação diversos, inclusive aqueles com base em redes de relações personificadas.

Mas, como o capital social não se legitima enquanto tal relativamente a algum campo determinado, sua importância aumenta à medida que as “ligações” são mais

numerosas e intensas, mas também, “mais *ocultas*”. Muito de sua eficácia decorre do fato de que ficam “desconhecidas ou mesmo clandestinas”, como é o caso das relações de parentesco relativamente distantes⁴. Para Bourdieu (1989, p. 418. *Grifos no original*), “se o *capital social* é relativamente irreduzível às diferentes espécies de capital, e em especial ao capital econômico e ao capital cultural [...], sem ser, no entanto, completamente independente, é porque o volume do capital detido a título individual por um agente individual é incrementado com um capital detido *por procuração*, o que depende do volume do capital detido por cada um dos membros dos grupos dos quais ele faz parte, e do grau de integração desses grupos: família, corporações etc.”.

Do mesmo modo que para Bourdieu, o conceito de capital social de Coleman deve ser compreendido em sua inscrição na respectiva concepção de Ciências Sociais, suas bases epistemológicas e quadro conceitual. No que tange à concepção de Ciências Sociais ou, mais especificamente, de sociologia de Coleman, as diferenças relativamente à Bourdieu estão na própria raiz e abrangem a concepção de racionalidade, o quadro conceitual, as relações entre a Sociologia e a moral e as ações práticas em geral e com as demais Ciências Sociais e particularmente com a Economia. Como já mencionado, no caso de Bourdieu é pressuposta uma racionalidade própria na qual as Ciências Sociais se inscrevem, onde o distanciamento frente às “razões práticas” do mundo e das lutas sociais é uma condição necessária. Para Coleman, as Ciências Sociais, ou a Sociologia, constituem uma espécie de engenharia social a serviço de uma empresa moral, tendo o controle e a integração social como principal problema a ser enfrentado. As bases epistemológicas dessa concepção de Sociologia provêm de duas fontes principais, que são a Economia neo-

clássica, particularmente a teoria do capital humano de Becker e Schultz e a teoria da *rational choice*. Trata-se de uma posição baseada numa “teoria da ação intencional” e na “aceitação de uma forma de individualismo metodológico” (Coleman, 1986, p. 1310). O próprio Coleman destaca uma série de ponderações e de demarcações frente àquilo que considera como individualismo excessivo ou atomístico. Assim, pretende, simultaneamente tomar “ação racional como ponto de partida, mas rejeitando as premissas do extremo individualismo que frequentemente a acompanham”. Como detalhada a seguir, é tendo em vista esse problema que ele introduz o conceito de capital social (Coleman, 1988, p. 95 e 97)⁵.

Porém, essa introdução de conceitos como o de capital social, das relações primordiais ou de sistema social, em síntese, daquilo que é visto como não econômico, pode diferenciá-lo, mas não excluí-lo dos esquemas da Economia neoclássica e da teoria da *rational choice*. Ocorre que a racionalidade da ação pressuposta nessas relações também se circunscreve ao que é considerado como *purposive*, não apenas descartando qualquer sociologia das disposições, mas também tudo o que fosse além do utilitário. Portanto, essa expansão dos esquemas da Economia neoclássica, particularmente da teoria do capital humano de Becker e da *rational choice* tem como base uma concepção de racionalidade que alguns comentaristas criticam por se restringir à “racionalidade instrumental” (Steiner, 2003, p. 214), mas que seria mais bem definida como meramente utilitarista. Trata-se daquilo que, da ótica de Bourdieu (1980b, p. 84) consiste numa espécie de uma construção antropológica ou concepção de natureza humana como *homo economicus*. Sendo assim, a inclusão dessas relações não econômicas na abordagem constitui uma espécie de extensão dos esquemas da economia

neoclássica e, particularmente, da teoria do capital humano de Becker, visto que inscreve toda lógica da ação àquilo que é utilitário. Consequentemente, inclusive autores e trabalhos tidos como base dos fundamentos da Sociologia perdem importância e as menções a Durkheim, em geral, têm mais o sentido de incluí-lo com um precursor das preocupações relativas aos problemas de integração social e menos como fonte de algum instrumental analítico.

Portanto, no que tange às Ciências Sociais, inclusive como decorrência da inserção nos esquemas da Economia neoclássica e da teoria da *rational choice*, Coleman tem uma concepção estritamente de engenharia social. As Ciências Sociais não contariam com alguma racionalidade própria, estando a serviço da empresa moral de enfrentamento do problema do controle e integração social. Desse modo, as Ciências Sociais compartilham da mesma racionalidade dos protagonistas do mundo social, apesar das diferenças quanto aos meios de conhecimento, numa posição semelhante à da Economia aplicada. Para Coleman, com a erosão das relações e instituições primordiais e das organizações voluntárias devido ao crescimento das organizações formais, a própria Sociologia teria adquirido uma “posição reflexiva” (Coleman, 1986, p. 1319). Porém, trata-se de algo completamente distinto da reflexibilidade das Ciências Sociais para Bourdieu (2001, p. 167-184), no sentido do exame da própria objetivação e dos condicionamentos sociais e busca de maior autonomia enquanto ciência social. Para Coleman, a reflexividade tem o significado de maior eficácia enquanto instrumento da empresa moral, tendo em vista o papel de “guia” enquanto “*organization’s designer*”. Isso porque, para Coleman (1986, p. 1310 e 1319), a razão de ser das Ciências Sociais é constituir a “ligação entre a teoria social positiva e filosofia social”.

Além dessa expansão dos esquemas da Economia neoclássica e da teoria da *rational choice*, através da inclusão das relações não econômicas na mesma racionalidade, um segundo fundamento da abordagem de Coleman, que deve ser destacado para melhor apreensão de seu conceito de capital social, é a empresa moral subjacente, a qual está relacionada à própria concepção de Ciências Sociais. Embora Putnam possa ter adquirido mais publicidade como difusor de determinada moral cívica, baseada na defesa do capital social, boa parte das publicações de Coleman⁶ podem ser vistas como programas de diagnóstico e de prescrições para o enfrentamento daquilo que é visto como a “grande transformação” e problema social do mundo moderno. Trata-se da já mencionada “erosão” das chamadas relações e organizações primordiais e, conseqüentemente, do capital social e sua substituição por organizações formais ou “organizações propositalmente construídas”. Esses processos teriam provocado mudanças inclusive na teoria social e na pesquisa (Coleman, 1993, p. 1). Com a erosão das relações e instituições primordiais e informais e o crescimento das organizações formais, e o reconhecimento da impossibilidade de alguma forma de retorno ao passado, o conjunto de proposições definidas como “*organizational design*”, que estaria a cargo da Sociologia, consistem numa série de medidas que têm em comum a introdução e o incentivo às relações informais nas organizações formais. Em geral, essas medidas apontam no sentido de algum tipo de “capitalismo de gestão”, em oposição ao que poderia ser designado como “capitalismo de comando”.

É nessa extensão dos esquemas da Economia neoclássica e da teoria da *rational choice* e na empresa moral dirigida ao enfrentamento do problema do controle e da integração social que o conceito de capital social

de Coleman se inscreve. Em termos nominais, essa inscrição do conceito de capital social é semelhante àquela de Bourdieu, visto que se situa na oposição entre as relações primordiais, que, para Coleman, são particularísticas, e as organizações formais. Ou seja, o capital social está fundado nas “organizações primordiais”, que ultimamente são representadas principalmente pela família – sua estrutura consiste de pessoas e relações entre as mesmas –, enquanto, no caso do “ator corporado propositalmente construído”, a estrutura é formada por “*posições e ofícios*”, onde as pessoas são apenas ocupantes temporários das posições (Coleman, 1993, p. 1). É nesse sentido que o capital social é *particularístico*, por estar baseado em organizações primordiais e, portanto, sendo *difuso, atributivo (ascriptive) e afetivamente expressivo* (Coleman, 1991, p. 2). Ao contrário do significado do “particularístico” de Bourdieu, para Coleman é exatamente esse particularismo que torna as relações primordiais ou, mais especificamente, o capital social moralmente positivo e socialmente eficaz, visto que se opõe às organizações formais estruturadas por *posições*.

Como a expansão de outras formas de capital, o capital social para Coleman é semelhante ao “capital financeiro, capital físico e capital humano”, porém, como está “embebido nas relações entre pessoas” (Coleman, 1988, p. 118), tem algumas características próprias. Esse capital social constitui “um tipo particular de recurso disponível para um ator”, sendo identificado por suas funções, com dois elementos em comum: consistem de alguns aspectos das estruturas sociais, e facilitam certas ações dos atores no interior da estrutura. Tal como outras formas de capital, o capital social é produtivo. Desse modo, gera tanto resultados econômicos como não econômicos, inclusive capital humano. Em primeiro lugar, porque

possibilita “mudanças nas relações entre as pessoas que facilitam a ação”. Embora seja parcialmente conversível, é menos tangível que o capital físico e o capital humano, visto que “existe nas *relações* entre as pessoas”, mas como o capital físico e o capital humano, o capital social “facilita a atividade produtiva” (Coleman, 1988, p. S98 e S100-S101). Em todo caso, há uma “variedade de recursos” que podem constituir capital social, sendo a confiança no meio social e a “extensão da obrigação” (*ibidem*, p. 102) suas formas mais gerais. Outra forma importante de capital social é constituída pelas “informações inerentes nas relações sociais”, visto que “é importante para fornecer uma base para a ação”. Ainda outro tipo de capital social é constituído pelas normas e sanções efetivas, pois quando “a norma existe e é efetiva, constitui-se em uma poderosa” forma de capital social, contribuindo para o controle e a integração social (*ibidem*, p.104). Mas, além dessas formas de capital social, há ainda uma tida como mais importante e que seu efeito é a criação de capital humano na próxima geração. Trata-se do capital social contido na “base familiar” (*family background*), que depende do capital financeiro e do capital humano de seus componentes (*ibidem*, p.109). O “capital social na família e na comunidade desempenha papéis de criação”.

Como parece evidente, não se trata de alguma definição de capital social conceitual e operacionalmente mais delimitada, incluindo uma grande quantidade de componentes e ambivalências. Operacionalmente, isso resulta em problemas na escolha e definição dos indicadores do capital social, muitos sendo associados de modo indireto a algum tipo de integração social (ver, por exemplo, Coleman, 1988). Outro eixo de problemas decorrentes dessa definição conceitual está ligado às dificuldades de exclusão de “efeitos circulares”. Por exemplo, a

constatação da associação positiva de algum indicador de integração social ou familiar com o desempenho escolar pode ser tomada como relação causal, mas pode também ser o efeito de outros recursos sociais ou econômicos nesse desempenho. De modo semelhante, é pressuposto, por um lado, um efeito positivo do capital social no engajamento cívico; por outro, esse engajamento cívico é definido conforme a moral cívica em voga, geralmente associada ao chamado modelo pluralista. Em todo caso, não caberia discutir esse tipo de problema operacional nos limites do presente artigo, bastando destacar que esse conceito de capital social, apesar da coincidência nominal com aquele de Bourdieu, tem em vista outros problemas e objetos de investigação.

As críticas às definições e usos do conceito de capital social e seus limites

Como já mencionado, após a forte expansão dos usos dos conceitos de capital social, particularmente aqueles originários nos trabalhos de Coleman e seus desdobramentos nas aplicações em estudos de temas e problemas crescentemente diversificados, começaram a se intensificar também as publicações com avaliações críticas desses usos. A hipótese geral deste artigo é que as principais limitações dessas críticas decorrem do fato de estarem centradas nos respectivos conceitos de capital social de Coleman, de Bourdieu ou de outros autores, e nos problemas técnicos em sua mensuração, via de regra não incluindo as bases epistemológicas e teóricas dessas noções.

Não seria possível apresentar em detalhes no momento essa expansão e desdobramentos das controvérsias relativas ao conceito de capital social. Por isso, são tomados apenas alguns casos exemplares no que tange

à Sociologia política, ao “desenvolvimentismo” e à chamada nova Sociologia econômica, e, no item seguinte, são incluídos alguns trabalhos relacionados com o estudo da escolarização.

Tanto em termos cronológicos como de difusão, as críticas aos usos do conceito de capital social formuladas por Portes encontram-se entre as primeiras. Em geral, essas críticas estão centradas em dois aspectos. Em primeiro lugar, são destacados os problemas conceituais e epistemológicos envolvidos no conceito de capital social, particularmente em relação àquele originário nos trabalhos de Coleman e, em segundo lugar, seus usos político-ideológicos. No que tange aos problemas conceituais, Portes destaca a excessiva amplitude da aplicação do conceito, em diferentes contextos, particularmente por parte de Putnam (Putnam *et al.*, 1994; Putnam, 1995), do que resultou sua definição como algo coletivo e não mais apenas de caráter individual⁷. Como corolário dessa definição, ocorreria uma confusão entre o capital social e os benefícios derivados do mesmo, como uma espécie de raciocínio circular (Portes e Landolt, 1996, p. 19; Portes, 1998, 2000). Quanto aos usos político-ideológicos do capital social, fica evidente que os fundamentos da crítica de Portes estão fortemente centrados em princípios normativos, ou, mais especificamente, no esforço em distinguir o “lado bom” ou “alto” em oposição ao “lado ruim” ou “baixo” do capital social. Para Portes, os mesmos mecanismos apropriáveis por indivíduos ou grupos como capital social podem ter “consequências menos desejáveis” para outros. O mais importante a destacar é que, conforme o próprio Portes, esse “lado baixo” do capital social deveria ser ressaltado para evitar a armadilha da apresentação do controle social e das sanções como “bênçãos” e para “manter a análise nos limites da análise sociológica séria”, sem “moralismo”.

Portanto, a própria crítica aos usos “moralistas” do conceito de capital social pode conter um caráter prescritivo. Em síntese, trata-se de efeitos sociais “positivos” e “negativos”, cuja crítica vai na direção, basicamente, da exclusividade e consequente restrição da participação dos demais na relação ou categoria com mais capital social. A exemplo da maior parte das críticas aos usos do conceito de capital social, também para Portes o conceito de Bourdieu é destacado positivamente, em oposição àqueles originários ou utilizados por Coleman, Putnam e seguidores. Porém, nesse caso também, o conceito de capital social é isolado do respectivo quadro conceitual em que foi formulado, sendo confrontado diretamente com os conceitos concorrentes, não tendo maiores consequências analíticas. Em todo caso, se trataria de uma formulação “teoricamente mais requintada”, que consiste em algo instrumental e individual, além da conversibilidade das diferentes formas de capital, inclusive, do capital social.

Mais próximo da problemática, e das polêmicas, em torno daquilo que é designado como “desenvolvimentismo”, o trabalho de outro dos principais críticos dos usos do conceito de capital social, Harriss (2002) tem como principal objeto de crítica algo um pouco distinto. O principal foco de sua crítica é a transformação do conceito de capital social, tomado na definição originária de Coleman, em componente do arsenal das ideologias do “desenvolvimento”, com as categorias correlatas, como “participação”, “sociedade civil”, “confiança”, organizações não governamentais e categorias do gênero, com apoio numa série de interesses e instituições, dentre as quais se destacam aquelas vinculadas ao Banco Mundial (*ibidem*, p. 2). Mas, nesse caso também, em termos conceituais e analíticos, as principais críticas se dirigem a: (a) usos dos conceitos de capital social de Coleman e Putnam como algo universal

e não “específico e contextual”; (b) “noção metafórica de capital social que emerge dos trabalhos de Putnam” e as consequentes confusões entre confiança interpessoal e legitimidade das instituições; (c) exclusão do papel das instituições estatais, substituídas por ideias como “engajamento cívico”, em associação com aquela de “sociedade civil”, entre outras críticas na mesma linha. Em síntese, o pensamento corrente sobre desenvolvimento passou a estar referido à ideia de “bom governo”, em associação com aquelas de “sociedade civil”, “descentralização”, “participação”, “empoderamento”, entre outras e, através disso, ocorre a “despolitização dos problemas” (*ibidem*, p. 41-43). Como praticamente em todas essas críticas aos usos do conceito de capital social, nesse caso também o conceito de Bourdieu é destacado positivamente. Porém, essas referências são meramente alusivas, sem contemplar o esquema analítico em que esse conceito se inscreve e sem maiores consequências para a análise. Mas as referências positivas ao conceito de capital social de Bourdieu não impede a conclusão mais geral de que o mesmo teria “uma concepção bastante caótica de capital” (*ibidem*, p. 20). É exatamente a premissa da diferenciação social e da multidimensionalidade, base de definição de qualquer espécie de capital para Bourdieu, que se torna o obstáculo para a apreensão de qualquer conceito de capital, com exceção daquele de capital social, que é confrontado diretamente com os conceitos concorrentes, mas dissociados de seus fundamentos teóricos.

Nessa linha de críticas aos conceitos concorrentes de capital social em associação com as polêmicas em torno do chamado desenvolvimento destaca-se também, por ser exemplar, o trabalho de Callahan (2005) sobre corrupção política na Tailândia. Nesse caso, fica mais explícita a utilização de um esquema de avaliação normativo, com um

polo “positivo” e outro “negativo” do capital social e, simultaneamente, as menções geralmente alusivas, e sempre positivas, ao conceito de capital social formulado por Bourdieu. Antes de pressupor alguma coerência do capital social, pretende demonstrar que deve ser distinguido um polo “positivo” e outro “negativo” do capital social. O polo “negativo” do capital social consiste em fenômenos como a “corrupção” e o crime organizado (*ibidem*, p. 495). Sendo assim, o capital social poderia aparecer tanto através de ações positivas ou “cívicas” como negativas ou “não cívicas” (corrupção e clientelismo). Tendo isso em vista, Callahan pretende utilizar o conceito de capital social de Bourdieu “para expandir o foco teórico” no estudo das relações entre a população, o Estado e a sociedade (*ibidem*, p. 497). Essa ampliação do escopo dos problemas abordados, no entanto, não diminui a centralidade do capital social “cívico” e “incívico” e categorias correlatas, tais como “sociedade civil” e “corrupção”, o que vai de encontro à concepção das Ciências Sociais com base na autonomia e racionalidade própria defendida por Bourdieu.

O trabalho de Fine (2001) relativo ao capital social, numa posição explícita de economista, é um dos mais abrangentes, mas também mais polêmicos. O principal ponto de discordância relativamente a Bourdieu está na própria definição de capital e, por extensão, de capital social. A discordância central refere-se à multiplicidade de formas de capital proposta por Bourdieu e à falta de especificação, devido à não circunscrição ao capitalismo. Isso iria de encontro com a orientação de Bourdieu de uma formulação teórica segundo a qual os capitais são social e historicamente contextuais e construídos (Fine, 2001, p. 53-54 e 170). Ou seja, o principal ponto da crítica tem como objeto aquilo que a definição de

capital, inclusive de capital social de Bourdieu, teria de mais importante e específico, a saber, a capacidade de captar a multidimensionalidade das estruturas e práticas sociais. Por outro lado, é o mesmo Fine que apresenta um dos diagnósticos mais contundentes no que tange às dificuldades da expansão da utilização do conceito de capital social de Bourdieu, comparativamente àquele de Coleman e seguidores. Dentre as razões da pequena utilização do conceito de Bourdieu são destacadas a “alta abstração que caracteriza os trabalhos de Bourdieu e a teoria social francesa e o fato de Bourdieu estar ligado ao estudo da cultura”, o que tornaria a leitura de seu trabalho mais exigente quanto ao conhecimento do campo dos estudos culturais e a confusão provocada pela amplitude da abordagem, fazendo com que possa ser tomado tanto como “uma posição marxista dogmática determinista” como, no extremo oposto, da “subjetividade pós-modernista” (*ibidem*, p. 53-64). Em síntese, para Fine, a atração do conceito de capital social decorreria menos de seus fundadores que das demandas e das condições do trabalho intelectual da época, particularmente no que tange às pressões para o aumento da quantidade de publicações (*ibidem*, p. 191).

Por fim, no que se refere à chamada nova Sociologia econômica, deve ser destacado, em primeiro lugar, que, apesar de originalmente ligada à definição de capital social de Coleman, acabou constituindo uma abordagem própria. O capital social é definido como “embebido” na estrutura social e posto em prática através de redes (Lin, Cook e Burt, 2008). O segundo ponto a ser destacado é que, se por um lado, ao tomar o capital social como *embeddedness*, o aproxima do conceito de Bourdieu, embora não o torne redutível. Por outro lado, há uma posição explícita de adesão primordial a determinada

ordem social como fundamento metateórico da abordagem e a tendência de redução caricatural da abordagem de Bourdieu a algo centrado na denúncia da existência de uma “classe dominante”. Para Lin (2008, p. 25), a principal diferença entre o conceito de capital social de Bourdieu e o de Coleman estaria no fato de que, para o primeiro, esse conceito “representa um processo pelo qual indivíduos na classe dominante”, através do conhecimento e reconhecimento, reproduzem “um grupo privilegiado”. Assim, essa posição teórica poderia ser caracterizada como vendo o capital social como privilégio de classe. Em termos de genealogia, se poderia ver em Bourdieu “uma extensão e elaboração da noção de capital de Marx”, enquanto o esquema de Coleman, do capital social visto como um bem público, seria uma extensão e elaboração da visão integrativa das relações sociais de Durkheim. A principal justificativa para a superação das teorias “clássicas” calcadas nas relações entre “classes” estaria no fato de que atualmente as relações sociais entre classes se tornaram desfocadas, com a consequente modificação da imagem da estrutura social e a possibilidade do surgimento das “teorias neocapitalistas” (*ibidem*, p. 6).

Porém, nesse caso, os confrontos são de ordem fundamentalmente metateórica ou com referência à questão de adesão primordial à determinada ordem social, visto que se trata de uma abordagem mais delimitada e circunscrita. O capital social constitui basicamente um instrumento de análise e apreensão dos “resíduos” ou “imperfeições” do mercado, o que é, simultaneamente, objeto central da abordagem e valor implícito. Assim, se trata das relações e recursos não econômicos no mercado, postos em prática através de redes (*ibidem*, p. 12). Na versão de Burt (2008, p. 34-35), a escolha da melhor troca no mercado requer informações sobre bens disponíveis e o capital social é um meio

de intermediação de oportunidades através da mediação de indivíduos em posições distintas (os *structural holes*)⁸. A expansão dessa abordagem centrada na análise de redes e tomando o capital social como algo positivo, geralmente com a utilização de intensa modelização matemática, resultou numa relativamente extensa quantidade de trabalhos empíricos. Além do problema relativo da maior eficácia dos vínculos “fortes” ou “fracos”, boa parte desses trabalhos apresenta constatações empíricas dos efeitos e dos limites do capital social em diferentes mercados de trabalho (ver, entre outros, Mardsen, 2008; Flap e Boxman, 2008; Forsé, 1997) e inclusive do “papel que o capital social exerce na exploração e na desigualdade”, na linha de argumentação já destacada, de Portes e Landolt (1996), como é o caso de Erickson (2008, p. 128).

As relações com a escolarização na origem das formulações do conceito de capital social e das divergências

Ao mesmo tempo que a análise dos efeitos da escolarização está diretamente presente nas formulações e nos usos dos respectivos conceitos de capital social tanto para Bourdieu como para Coleman, é no exame dessa temática que os significados próprios e apropriações variadas ficam mais evidentes. Para Bourdieu (1984, 1989) o conceito de capital social na análise da escola constitui um instrumento analítico para a apreensão daqueles recursos embebidos nas redes de relações personificadas e, portanto, particularísticas, subjacentes à estrutura de poder e especialmente nas organizações empresariais e burocráticas, cuja principal *sociodiceia* tem como base o meritocratismo escolar. Esse tipo de vínculo e de recurso se contrapõe e ao mesmo tempo interage com o pretenso universalismo e as *sociodiceias* associadas ao meri-

tratismos escolar. Para Coleman (1988, 1990), o capital social, no que tange à escola, constitui um recurso básico, não apenas por ser moralmente positivo mas por ter efeitos no desempenho escolar e, por consequência, gerar capital humano. Em síntese, o capital social pode ter um significado de recurso de hierarquização escolar e social ou, então, incremento pedagógico que contribui para o desempenho escolar, o capital humano e o controle e integração social.

Sendo assim, não é surpreendente que nos usos de diferentes definições de capital social nos estudos de escolarização é onde as divergências e mal-entendidos são particularmente fortes. Nesse caso também, na impossibilidade de uma apresentação exaustiva, são destacados apenas alguns casos exemplares. A preponderância quantitativa absoluta do conceito de capital social de Coleman nesse tipo de estudo, pelo menos para os Estados Unidos, foi constatada no balanço de Dika e Singh (2002). Porém, mais que essa constatação, o importante a destacar é que inclusive para os autores desse balanço a abordagem de Bourdieu (ou seja, a hierarquização social com base numa estrutura de capital e as respectivas posições sociais, onde está incluído o capital social) é reduzida ao “capital social como um instrumento da classe dominante”. Em contraposição, para Coleman se trataria de controle social positivo (Dika e Singh, 2002, p. 33). Essa predominância absoluta do conceito de capital social de Coleman no conjunto de trabalhos analisados, em detrimento daquela de Bourdieu, decorreria do fascínio “com a ideia de que estamos em declínio social”, o que “leva ao argumento de que a fonte do nosso descontentamento é encontrada na falta de controle e coesão social, em oposição ao aumento da desigualdade” (*ibidem*, p. 46).

Como caso exemplar de posição contrária a essa, inclusive, de boa indicação da

variedade de usos possíveis de conceitos como o de capital social na análise do universo escolar, o trabalho de Burris (2004) é muito ilustrativo. Trata-se de uma análise dos efeitos do capital social nas relações entre a obtenção do título de doutor e o ingresso no mercado de trabalho. O importante a destacar é que, por um lado, esse trabalho se inscreve no esquema de análise de redes próprio da nova Sociologia econômica. Por outro lado, rompendo com os trabalhos anteriores nessa linha, centrados apenas no mercado, inclusive alguns especificamente sobre o mesmo tema (como o de Hanneman, 2001), introduz o conceito de capital social de Bourdieu como categoria analítica central e as análises e proposições de Weber quanto aos grupos de *status* e ao fechamento social. Para o mesmo, mais que produtividade, o prestígio acadêmico e a hierarquização das instituições nas áreas examinadas (Sociologia, Ciência Política e História) decorrem do capital social. Nesse caso, no entanto, como unidade empírica do capital social, é tomada a rede de intercâmbio entre os departamentos na formação e contratação de doutores (Burris, 2004, p. 239). Ou seja, no universo acadêmico, o mercado desempenharia um papel restrito, ao contrário da busca de prestígio. Mais recentemente, seguindo numa linha próxima, Weeber (2006, p. 59-62), em um trabalho sobre a diferenciação e hierarquização dos professores universitários de Sociologia nos Estados Unidos, embora sem a utilização da mesma modelização matemática, chega a conclusões semelhantes.

Por fim, para tomar um último caso exemplar de uso do conceito de capital social e análise de redes, dessa vez numa perspectiva oposta ao supracitado trabalho de Burris (2004), cabe mencionar aquele de Godechot e Mariot (2003) sobre a Ciência Política na França. Nesse caso também, os conceitos de capital social utilizados são ori-

ginários da nova Sociologia econômica, mas com o objetivo explícito de analisar os diferentes tipos de capital social, “individual” ou “coletivo”. Além disso, tem a pretensão de utilizar a análise de redes não para a tendência corrente na Sociologia das ciências e sim na Sociologia econômica. Ou seja, o objeto da pesquisa é constituído explicitamente como um problema de Sociologia econômica. Uma das justificativas dessa abordagem estaria no fato de que na “França, a sociologia da vida acadêmica tem sido fortemente influenciada pelos trabalhos de Bourdieu e seus colaboradores [...] Se, com o instrumento conceitual do campo, a dimensão relacional é afirmada, frequentemente ela se reduz nas análises estatísticas a uma diferença de estado ou de grau de posse de capital etc.” (*ibidem*, p. 7).

Como parece evidente, uma das principais limitações do instrumental da chamada nova Sociologia econômica decorre da redução da abordagem às relações do capital social nas redes que “embebem” o mercado e a estrutura social. Sendo assim, todas as demais questões e dimensões ficam excluídas, particularmente aquelas relativas às relações das redes que formam o capital social com as estruturas de poder (que não o poder embutido no próprio capital social em suas relações com as redes e o mercado). Assim, o recorte do objeto se limita às relações consideradas como constitutivas do capital social, excluindo, também, as próprias condições de existência do mercado. Consequentemente, todas as lógicas de ação e recursos presentes nesse universo, que inclui burocracias, administração colegiada, autoridade científica, respaldada em diferentes recursos, entre outras, são reduzidas a algo como “investimentos em relações diversificadas e não redundantes”, que “permitem obter bens raros (os cargos de professor e pesquisador para os doutores)” (*ibidem*, p. 14).

Ao confrontar esse reducionismo às proposições de Bourdieu relativamente a esse problema, o primeiro ponto a destacar não consiste apenas na diversidade de capitais, onde a respectivo conceito de capital social faz sentido, mas também na especificidade dos recursos e princípios de legitimação. Sendo assim, além das relações do capital social com as demais formas de capital, e respectivos graus de objetivação social e bases de legitimação, no próprio campo científico defrontam-se diferentes espécies de capital científico. A própria objetividade do espaço universitário é constituída por uma pluralidade de “princípios de hierarquização concorrentes”, com valores incomensuráveis, “associados a interesses antagônicos” (Bourdieu, 1984, p. 23). Dentre essas modalidades de capital científico no campo universitário e seus efeitos nos respectivos trajetos profissionais, de um lado, se constitui um polo por aqueles que investem sobretudo no trabalho de acumulação e de gestão do capital universitário e, no extremo oposto, aqueles que investem mais na produção e, secundariamente no trabalho de representação que contribui para a acumulação de um capital simbólico de notoriedade externa (Bourdieu, 1984, p. 77 e 131). Em síntese, dentre as modalidades de capital universitário e respectivos princípios e bases de legitimação, se destacam a competência especificamente científica e o poder burocrático, de controle da produção científica. Porém, o que deve ser destacado é que, em nenhum desses casos, o capital social é legítimo enquanto tal.

Considerações finais

Como mencionado no início, o presente texto limita-se à apresentação do exame dos confrontos entre os conceitos de capital social originários das formulações de Bourdieu e de Coleman. Embora esse tema possa se

constituir num convite para prosseguir com algumas hipóteses no sentido de uma Sociologia mais geral da difusão e dos usos desse tipo de questão, isso está além dos limites do presente texto. Por exemplo, no que tange aos Estados Unidos, Fine (2001) tem, nas tendências quanto a demandas culturais e de consumo de produtos das Ciências Sociais e as pressões institucionais decorrentes da intensificação da competição por quantidade de publicações, os principais responsáveis pela expansão da utilização do conceito de capital social com base nas formulações de Coleman. Nos que tange às condições periféricas e, mais especificamente, à América Latina, Dezalay e Garth (2002) e Dezalay (2004) sugerem que, além do atual estado na estrutura de importação/exportação norte/sul de novos universais (direitos humanos, democracia, sociedade civil etc.), os próprios cientistas sociais estão inseridos e, portanto, comprometidos, com os esquemas de mediação entre as estruturas de poder locais e as elites e centros internacionais.

Porém, independentemente dessas questões mais gerais, o material sucintamente apresentado aponta para outros problemas. O exame do material bibliográfico, mesmo não sendo exaustivo, demonstra que a questão abarca muito mais que diferenças quanto a definições e usos de conceitos como o de capital social. Trata-se do problema das condições e possibilidades de apropriação de um conceito como aquele de capital social sem os respectivos fundamentos epistemológicos e o esquema conceitual em que se inscreve. Como, em geral, os confrontos acontecem apenas entre as respectivas definições de capital social, e não entre os esquemas analíticos, tende a ocorrer dois fenômenos que se complementam. O primeiro é a rápida e diversificada expansão dos usos do conceito de capital social, inserida em diferentes lógicas de ação, interesses e “causas” ou em-

presas morais. O fenômeno complementar é o crescimento das críticas de determinados usos desse conceito, particularmente no que tange ao chamado “desenvolvimentismo” e à moral cívica dominante, que geralmente se apresenta como “engajamento cívico” ou algo do gênero.

Porém, como o texto tenta demonstrar, quase todas essas críticas, se, por um lado, tomam alusivamente o conceito de capital social de Bourdieu como o pólo positivo, têm como fundamento uma perspectiva normativa e prescritiva. Desse modo, as menções positivas ao conceito de capital social de Bourdieu, além de não ter maiores implicações analíticas, tendem a aparecer como instrumento de denúncia de algo como “diferenciação social” ou “dominação de classe”. O esquema analítico e os fundamentos epistemológicos que fundamentam essa definição são excluídos desses confrontos.

Isso não se aplica do mesmo modo à chamada nova Sociologia econômica, visto que conta com seus próprios fundamentos teóricos e metodológicos. Esses fundamentos, no entanto, como indicado, não excluem o reducionismo de tomar o capital social apenas relativamente ao mercado. Também não exclui uma postura de resistência explicitamente ideológica frente ao conceito de capital social de Bourdieu, também com base numa adesão primordial a determinada ordem social. Por outro lado, apesar de centrada apenas nas relações entre o capital social embutido nas redes que permeiam o mercado, tem o mérito de estar na base de uma série de estudos empíricos que constituem, pelo menos, boas indicações quanto às condições de existência e aos limites dos efeitos do capital social em diferentes mercados

de trabalho. O principal contraponto negativo são as extrapolações dessa abordagem que pretendem reduzir estruturas como o espaço e as instituições escolares ou de poder em geral ao mercado ou às redes nas quais o capital social está embutido.

Em todo caso, tudo indica que a principal conclusão que pode ser extraída desses confrontos entre formulações e usos de noções como a de capital social é que está em pauta muito mais que versões do conceito que é objeto de disputa. Por um lado, a tendência em circunscrever os confrontos a determinado conceito, não abarcando suas bases epistemológicas e teóricas, pode ser consequência de uma visão das Ciências Sociais como exercício da aplicação de conceitos e não como confronto de princípios explicativos. Por outro lado, isso pode estar associado à própria diversidade de concepções e dos fundamentos das Ciências Sociais. No limite, isso pode pôr em questão as próprias possibilidades de comunicabilidade dos significados contidos em cada posição teórica e epistemológica em confronto. Nessas condições, a tendência em tomar um conceito isolado, como aquela de capital social, pode parecer uma alternativa prática. O mais intrigante é que esse tipo de “distorção” nos confrontos criados pela importação/exportação e circulação internacional cruzada de teorias sociológicas foi destacado pelo próprio Bourdieu (1991, p. 382). Isso foi publicado no epílogo de uma coletânea cujo prólogo, elaborado por Coleman (1991), tem como tema central o controle social nas “organizações primordiais” e nas “organizações construídas” ou formais, ou seja, temas conexos a suas preocupações com o capital e, simultaneamente, à integração e ao controle social.

Notas

- 1 Outra versão deste texto foi publicada em *Social Science Information*, v. 49, n. 4, Dec. 2010.
- 2 Sobre as relações dos *meios* de ação em diferentes *ordens* e as noções de racionalidade, legitimidade e modos de dominação, ver Weber (1984, p. 8, 27 e 64).
- 3 Para mais detalhes relativos aos processos de universalização, ver, em especial, Bourdieu (1994) e sobre a universalidade das “práticas sociais de reconhecer como válidas as condutas que têm como princípio a submissão, mesmo que aparente, ao universal”, ver especificamente as páginas 164-167. No que tange às relações do capital escolar com os universais e os processos de universalização e suas associações com a oficialização e com a magia do Estado, ver Bourdieu (1984, 1989) e sobre as classificações profissionais e suas relações com os processos de universalização, ver especialmente a página 175 (1989).
- 4 Para mais detalhes, ver particularmente Bourdieu (1989, p. 418, 515-516).
- 5 Para mais detalhes sobre os trabalhos de Coleman, ver particularmente a reunião de várias publicações, inclusive a de 1988 como capítulo dedicado ao capital social, em Coleman (1990). Para uma série de comentários sobre essa publicação, ver o número especial da *Revue Française de Sociologie*, v. 44, n. 2, avr.-juin., 2003. Sobre a posição de Coleman nas Ciências Sociais norte-americanas, ver especialmente Wacquant e Calhoun (1989).
- 6 Ver particularmente Coleman (1991, 1993).
- 7 Para algumas críticas específicas aos trabalhos de Putnam e seus usos político-ideológicos, ver Skocpol (1996) e Tarrow (1996).
- 8 Para uma crítica a essa visão de mercado, ver especialmente Zelizer (1992), e sobre o “mercado regulado”, ver Bourdieu e Christin (1990).

Bibliografia

- BOURDIEU, P. (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. (1980a), “Le capital social”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 31, jan., p. 2-3.
- _____. (1980b), *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. (1982), *Leçon sur la leçon*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. (1984), *Homo academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. (1986), “The forms of capital”, in J. Richardson (ed.), *Handbook of theory for the sociology of education*. New York: Greenwood. p. 241-58.

- _____. (1989), *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. (1991), Epilogue. On the possibility of a field of world sociology, in Bourdieu, P.; Coleman, J. S. (eds.), *Social theory for a changing society*. Boulder; New York: Westview Press and Russell Sage Foundation.
- _____. (1994), *Raison pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil.
- _____. (2001), *Science de la science et réflexivité*. Paris: Éditions Raisons d'Agir.
- BOURDIEU, P.; CHRISTIN, R. (1990), "La construction du marche. Le champ administratif et la production de la politique du logement". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 81/82, mars, p. 65-85.
- BURRIS, V. (2004), "The academic caste system: prestige hierarchies in PhD exchange networks". *American Sociological Review*, v. 69, n. 2, p.239-264.
- BURT, R. S. (2008), "Structural holes versus network closure as social capital", in Lin, N.; Cook, K.; Burt, R. S. (eds.), *Social capital: theory and research*. 4. ed. New Brunswick, New Jersey: Aldine Transaction.
- CALLAHAN, W. A. (2005), "Social capital and corruption: vote buying and the politics of reform in Thailand". *Perspective on Politics*, v. 3, Aug., p. 495-508.
- COLEMAN, J. S. (1986), "Social theory, social research, and a theory of action". *The American Journal of Sociology*, v. 91, n. 6, May, p. 1309-1335.
- _____. (1988), "Social capital in the creation of human capital". *The American Journal of Sociology*, v. 94, Supplement, p. 95-120.
- _____. (1990), *Foundations of social theory*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press.
- _____. (1991), Prologue: "Constructed social organization", in Bourdieu, P.; Coleman, J. S. (eds.), *Social theory for a changing society*. Boulder; New York: Westview Press and Russell Sage Foundation.
- _____. (1993), "The rational reconstruction of society; 1992 Presidential Address". *American Sociological Review*, v. 58, Feb., p. 1-15.
- DEZALAY, Y. (2004), "Les courtiers de l'International. Héritiers cosmopolites, mercenaires de l'Impérialisme et missionnaires de l'Universel". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 151-152, p. 5-35.
- DEZALAY, Y.; GARTH, B. (2002), *La mondialisation des Guerres de Palais. La restructuration du pouvoir d'État en Amérique Latine, entre notables du droit et "Chicago Boys"*. Paris: Éditions du Seuil.

- DIKA, S. L.; SINGH, K. (2002), "Application of social capital in educational literature: a critical synthesis". *Review of Educational Research*, v. 72, n. 1, Sept., p. 31-60.
- ERICKSON, B. H. (2008), "Good networks and good jobs: the value of social capital to employers and employees", in Lin, N.; Cook, K.; Burt, R. S. (eds.), *Social capital: theory and research*. 4. ed. New Brunswick, New Jersey: Aldine Transaction.
- FINE, B. (2001), *Social capital versus social theory. Political economy and social science at the turn of the millennium*. London: Routledge.
- FLAP, H.; BOXMAN, E. (2008), "Getting started: the influence of social capital on the start of the occupational career", in Lin, N.; Cook, K.; Burt, R. S. (eds.), *Social capital: theory and research*. 4. ed. New Brunswick, New Jersey: Aldine Transaction.
- FORSÉ, M. 1977. "Les réseaux de sociabilité: un état des lieux". *L'Année Sociologique*, v. 41, p. 247-264.
- GODECHOT, O.; MARIOT, N. (2003), Les deux formes du capital social: structure relationnelle des jurys de thèses et recrutement en science politique. Paris: GRIOT-CNAM. (Document de Travail, 17)
- HANNEMAN, R. A. (2001), "The prestige of PhD granting departments of Sociology: a simple network approach". *Connection*, v. 24, n. 1, p. 68-77.
- HARRISS, J. (2002), *Depoliticizing development. The World Bank and social capital*. London: Anthem Press.
- LIN, N. (2008), "Building a network theory of social capital", in Lin, N.; Cook, K.; Burt, R. S. (eds.), *Social capital: theory and research*. 4. ed. New Brunswick, New Jersey: Aldine Transaction.
- LIN, N.; COOK, K.; BURT, R. S. (eds.) (2008), *Social capital: theory and research*. 4. ed. New Brunswick, New Jersey: Aldine Transaction.
- MARSDEN, P. V. (2008), "Interpersonal ties, social capital, and employer staffing practices", in Lin, N.; Cook, K.; Burt, R. S. (eds.), *Social capital: theory and research*. 4. ed. New Brunswick, New Jersey: Aldine Transaction.
- MEMMI, D. (1985), "L'Engagement politique", in Grawirz, M.; Deca, J. (dir.), *Traité de Science Politique; Science Politique, Science Sociale: L'Action Politique*, v. 3. Paris: PUF.
- PORTES, A. (1998), "Social capital: its origins and applications in modern Sociology". *American Review of Sociology*, v. 24, p. 1-24.
- _____. (2000), "The two meaning of social capital". *Sociological Forum*, v. 15, n. 1, p. 1-12.
- PORTES, A.; LANDOLT, P. (1996), "The downside of social capital". *American Prospect*, v. 26, May, p. 18-21.

- PUTNAM, R. D. (1995), “Bowling alone’: America’s declining social capital”. *Journal of Democracy*, v. 6, p. 65-78.
- PUTNAM, R. D. *et al.* (1994), *Making democracy work: civic tradition in the modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press.
- SKOCPOL, T. (1996), “Unraveling from above”. *The American Prospect*, v. 25, p. 20-25.
- STEINER, P. (2003), “Les fundations de James S. Coleman: une introduction”. *Revue Française de Sociologie*, v. 44, n. 2, avr.-juil., p. 205-229.
- TARROW, S. (1996), “Making social science work across space and time: a critical reflection on Robert Putnam’s making democracy work”, *American Political Science Review*, v. 90, n. 2, p. 389-397.
- WACQUANT, L. J.; CALHOUN, C. J. (1989), “Intérêt, rationalité et culture”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 78, p. 41-60.
- WEBER, M. (1984), *Economia y sociedad; Esbozo de Sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica.
- WEEBER, Stan C. (2006), “Elite versus mass sociology: an elaboration on Sociology’ academic caste system”. *The American Sociologist*, Winter, p. 5067.
- ZELIZER, V. (1992), “Repenser le marché. La construction sociale du ‘marché aux bébés’ aux Etats-Unis, 1870-1930”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 94, sept., p. 3-26.

Artigo recebido em julho/2010

Aprovado em março/2011

Resumo

Estruturas de dominação, integração social e muito mais: os confrontos entre as noções de capital social de Bourdieu e de Coleman

Com a grande expansão do uso do conceito de capital social em diversas frentes, vem crescendo também a literatura crítica a respeito. O principal objetivo deste artigo é justamente demonstrar alguns problemas decorrentes do uso descontextualizado do conceito, que desconsidera suas bases teóricas e epistemológicas: em Coleman e Bourdieu, os significados do conceito são distintos. Por isso, o texto apresenta, sinteticamente, as noções de capital social fundamentadas nesses autores, e destaca casos exemplares de posicionamentos críticos ao conceito de Coleman e seguidores, em geral com referências positivas e alusivas ao conceito de Bourdieu. Por fim, traz uma síntese dessa discussão mais centrada nas relações entre capital social, escolarização e recrutamento de “elites”.

Palavras-chave: Bourdieu e capital social; Coleman e capital social; Capital social e teoria sociológica; Capital social e titulação escolar; Capital social e teoria social.

Abstract

Domination structures, social integration and more: confrontations between Bourdieu's and Coleman's concepts of social capital

With the great expansion of the use of the concept of social capital on several fronts, is also growing critical literature about it. The main aim of this paper is precisely to show some problems arising from the use of decontextualized concept, which ignores its theoretical and epistemological ground: Coleman and Bourdieu on the meanings of the concept are different. Therefore, the text presents, in summary, the notions of social capital based on these authors and highlights exemple cases in positions critical to the concept of Coleman and followers, often with positive references and allude to the concept of Bourdieu. Finally, brings a summary of this discussion focused on the relationship between social capital, education and recruitment of “elites”.

Keywords: Bourdieu and social capital; Coleman and social capital; Social capital and sociological theory; Social capital and schooling degree; Social capital and social theory.

Résumé

Structures de domination, intégration sociale et davantage: les confrontations entre les concepts de capital social selon Bourdieu et Coleman

Grâce à la grande expansion de l'utilisation du concept de capital social sur plusieurs fronts, la littérature critique à ce sujet a également crû. L'objectif principal de cet article est précisément de démontrer certains problèmes qui découlent de l'usage hors contexte du concept, qui ignore ses bases théoriques et épistémologiques : d'après Coleman et Bourdieu les significations du concept sont différentes. Par conséquent, le texte présente, synthétiquement, les notions de capital social fondés sur ces auteurs et des cas exemplaires de prises de position critiques par rapport au concept de Coleman et de ses partisans, en général avec des références positives et allusives au concept de Bourdieu. Finalement, l'article propose une synthèse de cette discussion davantage centrée sur les rapports entre le capital social, la scolarisation et le recrutement des “élites”.

Mots-clés: Bourdieu et le capital social; Coleman et le capital social; Capital social et théorie sociologique; Capital social et titre scolaire; Capital social et théorie sociale.